
A AUTORIA ENTRE O APREÇO E A RENÚNCIA

Adriano Rodrigues Ruiz^()*

SITUANDO PREOCUPAÇÕES

Este ensaio busca tocar em uma das áreas de silêncio da educação formal: a autoria. A autoria é pensada como expressão ligada à autonomia pessoal na arte de manifestar originalidade e de fazer-se presente com suas criações em diferentes contextos.

Em um mundo rico em recursos tecnológicos, que facilitam o diálogo entre autores/leitores, entendemos ser oportuno colocar como objeto de reflexão o saber viver no mundo escolar, na interação com as criações dos outros e as próprias. Para isso, pensamos em três paisagens para organizar nossas argumentações: a primeira traz em destaque o espírito criador e sua expressão na forma de autoria; a segunda, não revela brilho e nem expressão própria, será identificada como renúncia à autoria, que tem no plágio sua voz mais forte; a terceira projeta a escola diante do desafio de renovar suas aspirações e percebe-a diante de novos temores.

Desses relances nasce a pergunta: Que papel tem a escola na formação do saber viver no mundo povoado de leitores e de autores? Essa pergunta nos encaminha à reflexão acerca da escola, de suas predileções, de suas sabedorias e de seus mecanismos de preservação de uma cultura que tem sido digna de reiteradas críticas de diferentes naturezas.

Cumprindo esse percurso, apontamos a necessidade da desconstrução da cultura escolar centrada na instrução e sua reinvenção impregnada pelo espírito de apreço à originalidade. Assim, a avaliação de aprendizagem, atenta à originalidade respeitosa à autoria, talvez possa contribuir para a construção de novos hábitos intelectuais, éticos e estéticos.

O CONVITE À AUTORIA

Nos passeios pelo mundo da criação, um percurso importante é o da autoria. Trata-se da (re)construção de algo com marcas de nossa singularidade. Seja um texto que expressa uma compreensão, seja um poema fruto de um momento de êxtase, uma foto que registra um despertar de sensibilidade...

^(*) Professor doutor aposentado da Universidade Estadual de Maringá e docente do Programa de Mestrado em Educação da Unoeste. E-mail: arruiz@uol.com.br.

A construção do sujeito autor ou da criação é “uma espécie de foco de expressão, que, sob formas mais ou menos acabadas, se manifesta da mesma maneira, e com o mesmo valor, nas obras, nos rascunhos, nas cartas, nos fragmentos, etc.” (FOUCAULT, 2009, p. 53/54).

Para Foucault (2009, p. 33), “a noção de autor constitui o momento forte da individualização na história das idéias, dos conhecimentos, das literaturas, na história da filosofia também, e na das ciências.” Além disso, a “função do autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos” (idem, p. 56).

A noção de autoria ganhou corpo no século XVIII, com a outorga do direito à propriedade e a sua contrapartida: a responsabilidade pela obra. O senso de autoria passa a ser a bússola a situar o nosso eu no diálogo com outros eus. Não somos meros consumidores de arte, filosofia, ciência... Nossa vocação é para a autoria, para a criação. Vergani (2009, p. 259) ao falar da criatividade como destino do humano, lembra-nos de que o “horizonte saturado de cansaço renova-se e alarga-se, despertando para outros sobressaltos de risco e de esperança”.

“No sentido legítimo do termo, o autor é alguém dotado de originalidade e que não perde seu vínculo social em seu discurso, ou seja, tornará legítima a autoria desde que expresse algo de novo considerando os conhecimentos adquiridos” (MIRANDA, SIMEÃO, MUELLER, 2007).

Na trajetória de construção do homem-sujeito, Priolli (2002, p. 64) assegura que “Reconhecer-se autor do seu pensamento, implica numa outra etapa do desenvolvimento do sujeito, que, além de pensar e conhecer, reconhece o pensamento como obra sua”.

Trilhando pelos mesmos horizontes, Fernández (2001, p. 105) assevera que autoria de “pensamento supõe diferenciação, agressividade saudável, ‘revolta íntima’, a partir da qual há a possibilidade de reencontro com o outro. Acesso a nós mesmos.”

A autoria liga-se à ousadia do esforço criativo e da experimentação do ainda não conhecido, da imaginação desperta. A esse respeito, Andrade (2002, p. 19) assevera que “a autoria de pensamento pressupõe espaços de liberdade que se constituem a partir da aceitação das diferenças e do prazer em pensar”. O autor se constitui na medida em que pode se perceber com suas peculiaridades ao se expressar, sentir-se diferente do outro e respeitado ao se diferenciar. O prazer está na descoberta da possibilidade de ser singular, de criar alguma coisa sobre a qual nutre sentimento de pertencimento, podendo decidir se quer que seja acessível a outras pessoas.

Nessa perspectiva, Alves e Bossa (sd, sp) concebem “sujeito autor como aquele que constrói seu pensamento e se faz presente através de um ‘corpo’ que sente, existe, ama e proclama sua liberdade de ser, de estar e viver no eterno presente, no eterno agora”.

Parece legítimo se pensar a autoria como expressão de autonomia do sujeito que explora espaços de criação para reafirmar sua identidade, ligando-a a algo singular.

A RENÚNCIA À AUTORIA

A aprazível paisagem da criação, do clima de autoria e da sabedoria ao fazer escolhas não abrange a totalidade dos caminhos. Há múltiplas vias obscuras, entre elas uma que carrega marcas de renúncia à autoria: o plágio acadêmico. Explicitado por Hexham (sd) como ato orientado pela intenção deliberada de enganar um leitor mediante a apropriação e a apresentação como se fossem de sua própria autoria as palavras e trabalhos de outros, sendo o plagiador um ladrão de pequeno porte.

Quanto a posturas desrespeitosas à autoria, ao menos, três têm sido identificadas: o escritor fantasma ou o *ghost-writer* - consiste no procedimento de alguém encomendar uma criação de outrem que levará o seu nome como autor; a “autoria de presente” - trata-se de uma prática em que uma pessoa aparece como coautora de uma publicação científica sem que tenha prestado contribuição significativa na pesquisa; o típico plágio, no universo das tecnologias de informação e comunicação cognominado por *control c x control v*.

Renúncia à autoria, na modalidade *ghost-writer*, presente na narrativa de Chico Buarque (2004), no livro *Budapeste*, não habita apenas o encantado mundo do romancista. Há, também, vida no universo acadêmico, como denunciado por Grieger (2007) no artigo intitulado “Escritores-fantasma e comércio de trabalhos científicos na internet: a ciência em risco”.

Accioly (2002) explica que o *ghost-writing* é, tecnicamente, uma forma de terceirização, a “operação que consiste na transferência para terceiros de parte de um processo de produção”. Se o texto é concebido como produto e o “nome do autor é apenas uma marca, a escrita pode ser considerada uma atividade intermediária, por isso passível de terceirização”.

Para essa autora, o comércio de autoria e o *ghost writer* talvez sejam tão antigos quanto à criação da figura individualizada do autor, mas no contexto atual essa modalidade de comércio tem se avolumado de forma não conhecida em outras épocas. “Enquanto o *ghost-writer* da modernidade era uma figura informal, clandestina – a retórica dos sofistas estava então alijada da arena dos discursos – o *ghost* pós-moderno é, via de regra, um profissional”. (ACCIOLY, 2002).

Ainda segundo Accioly (2002), “essas práticas vêm se disseminando rapidamente pelo sistema de ensino e chegando até as crianças – formando consumidores do futuro, como diriam os

marketeiros”. Nas bancas de jornais é possível se encontrar “publicações em CD-Rom oferecendo pacotes de trabalhos prontos, ‘para garantir boas notas’”

Grieger (2007) assegura que a prática geral de *ghost-writing* é prejudicial, porém destaca que a venda de trabalhos científicos é mais danosa ainda, pois “permite ao fraudador obter títulos, créditos e vantagens indevidos, conferindo-lhe prerrogativas para atuar em níveis profissionais ou acadêmicos que lhe são desmerecidos”.

Por um viés diferente, que acaba convergindo com o anterior quanto ao caráter fraudulento, Coimbra Jr. (1998, p. 668) aponta a “autoria de presente”, que se aplica a pessoas com participação diminuta e nada significativa em uma pesquisa e que, ainda assim, “se consubstancia na forma de coautoria, conferindo mérito não inferior àquele recebido pelos pesquisadores que efetivamente conceberam, obtiveram financiamentos, executaram e redigiram o trabalho”.

Coimbra Jr. (1998, p. 668) vai além ao destacar que a autoria de presente liga-se, com vigor, à noção de reciprocidade em que “um determinado investigador que oferece a um colega uma autoria de presente coloca-o na condição de retribuir na mesma moeda no futuro”. Essa rede de reciprocidades empobrece a vida acadêmica, pois pode gerar carreiras científicas altamente 'produtivas', mesmo que não embasadas em produção de trabalhos originais desenvolvidos em clima de colaboração intelectual.

A “autoria de presente” se diferencia da prática de *ghost-writing* mais pela moeda de troca do que pelo sentido ético, as redes de reciprocidade inflam currículos e alimentam a cultura centrada em números que robustecem estatísticas. Coimbra Jr. (1998, p. 668) insiste em que os modos como “a produção científica é avaliada em instituições de pesquisa e agências de financiamento, menos que coibir, estimulam a proliferação de autorias de presente, uma vez que maior ênfase é comumente conferida à quantidade.”

Nutrindo expectativa positiva, Coimbra Jr. (1998, p. 668) afirma que os “novos desafios na prática da autoria e coautoria possivelmente irão ocupar crescente espaço na agenda de editores e pesquisadores no futuro visando a salvaguardar os princípios éticos da edição e publicação de trabalhos científicos”.

A terceira face da renúncia à autoria é aquilo que classicamente se configura como plágio – apresentar como se fora de sua autoria uma obra, ou partes dela, pertencente a outra pessoa. Chavarro e Collazos (2010) identificam no mundo acadêmico dois tipos de plágio: o servil e o inteligente. O primeiro trata-se de uma reprodução literal; o outro recorre a modificações com vistas a dificultar a identificação da fraude.

Silva (2008) argumenta que, “historicamente, desde o ensino fundamental à universidade, se tem convivido com a prática de cópias de produções textuais de outrem, de forma parcial ou total, omitindo-se a fonte”. Com o advento da sociedade informatizada, as preocupações ganham força, “haja vista as possibilidades que se vêm ampliando, pela internet, no que diz respeito ao graduando apropriar-se de obras protegidas por direitos autorais”.

Essa autora destaca que a prática de plagiar já existia bem antes da internet, mas que com as tecnologias digitais esse ato ganhou outra dimensão, as possibilidades de plágio se multiplicaram sem limites. O cotidiano escolar tem mostrado que a facilidade, a praticidade, a economia e a velocidade de acesso a textos digitais – que deveriam desencadear a curiosidade, a busca de novos conhecimentos, o apreço à autoria – têm contribuído para fortalecer a cultura do copiar e colar, quando ao aluno é proposto construir textos como resumo, resenha, artigos, entre outros. A busca de informações de forma apressada, na internet, por parte de universitários, converteu-se em procedimento avesso à reflexão; “o graduando tem revelado um agir impulsivo, de movimentos impensados, sem a necessária sistematização que deve estar fundamentada em objetivos de busca no processo de aprendizagem, relacionando ética, estética e técnica” (SILVA, 2008).

Silva (2008) está a apontar o plágio como consequência de uma determinada maneira de ser da escola, sempre amorosa com a competência de seus alunos repetirem lições ensinadas. Essa tomada de consciência traz à tona interrogações acerca dos compromissos da educação formal.

COMPROMISSOS DA EDUCAÇÃO

A educação tem sido uma área rica em discursos que proclamam a urgência de inovações transformadoras. Porém, como afirma Demo (2010), é “onde menos se inova”.

Ao ir adiante nessa discussão, Demo (2010) destaca que “a escola dificilmente poderia ser considerada uma entidade exitosa, em especial a pública, onde sabidamente se aprende muito pouco”. Contudo, ela “persiste na rota secular, não porque tenha êxito para decantar, mas por acomodação do sistema”.

A aprendizagem escolar tem sido percebida como detentora de uma determinada aura de exclusividade, combinada à confiabilidade. Porém, seu modelo de atuação há muito recebe críticas, sua reiterada acomodação causa desconforto crescente. Martín-Barbero (2004, p. 57) argumenta que ela estrutura seu trabalho em função de rigorosa linearidade entre avanço intelectual e avanço nos conteúdos escolares, toda precocidade ou atraso é tachado de anormal: “o rendimento escolar se mede por idades e pacotes de informação aprendidos”.

A escola alimenta e impõe a seus alunos um modelo mecânico e sem criticidade que se alimenta de uma leitura passiva, norteada pelo espírito dogmático, que faz lembrar a relação característica do fiel com os ditames de sua igreja. “Assim como os clérigos se atribuíam o poder da única leitura autêntica da Bíblia, os professores detêm o saber de uma leitura unívoca, isto é, daquela que a leitura do aluno é puro eco” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 57).

Completando essa argumentação, Martín-Barbero (2004, p. 57) recorre a Certeau para alertar que a “autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais, que sobredeterminam sua relação com os textos. A criatividade do leitor cresce à medida que decresce o peso da instituição que a controla”. Piaget (1998) alerta para esse problema, ao falar da “verdade da autoridade” – tudo que emana do professor acaba sendo aceito sem questionamentos. Na ótica piagetiana, a sacralização das opiniões docentes é um severo problema à formação da autonomia intelectual do aluno.

Trilhando por domínios escolares, o pensamento divergente tende a ser visto como errático e impróprio para o bem arrumado espírito radicado na missão instrucionista cultivada zelosamente, sempre reticente a possíveis incertezas que costumam habitar áreas mais afáveis à originalidade, criação, autoria.

A boa nova é que o culto ao instrucionismo começa a perder a aura de prática sagrada. Com a presença massiva das mídias eletrônicas percebe-se uma determinada desordem na cartografia da informação e do conhecimento. Caminhos, há muito mapeados e louvados, perdem a exclusividade e passam a conhecer concorrências de diferentes matizes.

Martín-Barbero (2011, p. 126) esclarece que a escola “deixou de ser o único lugar de legitimação do saber, pois existe uma multiplicidade de saberes que circulam por outros canais, difusos e descentralizados”. Sob esse olhar, hoje estamos imersos em um universo aberto à diversificação e difusão do saber, para além dos limites escolares. Essa evidência se traduz como um importante desafio que o mundo da comunicação apresenta ao sistema educacional.

Na perspectiva colocada por Martín-Barbero (2011, p. 134), cabe à educação ajudar a criar nos jovens “uma mentalidade crítica, questionadora da inércia na qual as pessoas vivem, desajustadora da acomodação na riqueza e da resignação na pobreza”. A educação ganha significado “à medida que é capaz de desenvolver sujeitos autônomos”. Em uma sociedade massificante, a possibilidade de vida cidadã “é diretamente proporcional ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, isto é, de gente livre, tanto interiormente como em suas tomadas de posição”.

A prática da autonomia requer “gente que seja capaz de distanciar-se da arte que está na moda, dos livros que estão na moda; gente que pense com a própria cabeça, e não com as idéias que circulam ao seu redor” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p. 134).

Ao pensar a escola na era da informática, Martín-Barbero (2011, p. 123) alerta que: “nada pode prejudicar mais a educação do que nela introduzir modernizações tecnológicas sem antes mudar o modelo de comunicação que está por debaixo do sistema escolar”. Vale lembrar que as tecnologias abriram as portas para a descentralização dos saberes, a horizontalidade das comunicações ganha espaço onde antes imperava a verticalidade.

O modelo vertical e, conseqüentemente, autoritário na relação professor-aluno e sequencial no aprendizado precisa ser desconstruído. Pois, “enquanto permanecer a verticalidade na relação docente e de seqüencialidade no modelo pedagógico, não haverá tecnologia capaz de tirar a escola do autismo em que vive. Por isso, é indispensável partir dos problemas de comunicação antes de falar de meios” (MARTÍN-BARBERO, 2011, p.123).

Antiga figura central, a escola é convidada a participar de um processo dialógico em que outras práticas e vozes educativas tendem a ganhar espaço. A natureza das aspirações educacionais e, também, a dos temores se modificou.

Há uma aragem nova, convidando-a a refinar suas sensibilidades e a ganhar mais ousadia para se tornar um ateliê de criação. Nesse sentido, Sodré (2006) assevera que a formação universitária não pode prescindir de ser espaço de vivência privilegiado de experiências de tomada de decisões, que requeiram o refinamento da sensibilidade para a escolha, com apreço à criação e aos criadores.

Horizontes se abrem para a colaboração cognitiva com a massiva presença das tecnologias de comunicação e informação. Nessa trilha, Sartori e Soares (2005), Baccega (2005) e Moran (2007), ao discutirem a natureza dialógica da educação e da comunicação não verticalizada, apontam o aparato tecnológico como importante aliado com vistas a experiências educacionais emancipatórias, ligadas a práticas culturais de colaboração na negociação e construção de significados.

Silva (2008) ao discutir o plágio no contexto acadêmico, como ato que se consolida a partir dos hipertextos digitais, em detrimento da construção da autoria, alerta sobre a necessidade de ser abrir espaços objetivos e subjetivos na universidade para que a autoria se efetive.

Cabe à escola ser espaço privilegiado de atenção respeitosa à autoria, que o espírito da criação ganhe asas como expressão de singularidade e de trocas interpessoais. Isso, para que o

copiar-colar, também conhecido em nossos dias como *control c x control v*, não se torne expressão forte nos fazeres escolares.

Silva (2008) entende ser relevante “pensar-se em projetos/ações que estimulem o exercício da autoria/autonomia na universidade”. Para essa autora, é vital a reflexão sobre a prática do plágio “entre os graduandos, professores em formação, visto ser esse um problema que tem tomado proporções críticas, pois roubar de si mesmo a possibilidade de um outro pensar, da inventividade, é um preço muito alto que o sujeito tem a pagar”.

Buscando demarcar caminhos, ainda tendo o plágio em foco, Blattmann e Fragoso (2003, p. 62/63) afirmam que como linha mestra para criar e manter a sintonia entre leitores e autores está o uso de ética, estética e técnica. “Na ética, ao observar os critérios de direitos autorais, conhecer as normas de editoras e, principalmente, respeitar as políticas de privacidade. A estética une o belo, a delicadeza e a harmonia”. Por seu lado, “a técnica introduz a prática, a teoria e aplicação de procedimentos e recursos disponíveis”.

Caberia à escola transformar-se em espaço zeloso à autoria, Blattmann e Fragoso (2003, p. 61) alertam que ao “reconhecer autores e obras é importante valorizar a produção intelectual de cada indivíduo. No capital intelectual, o mérito de ser autêntico é diferenciado do de ser plagiador”. A escola necessita ser espaço de fortalecimento da cultura de respeito às obras e aos seus autores, de cuidadoso registro dos interlocutores a partir dos quais organizamos nossas argumentações.

A esse respeito, Demo (2010) acrescenta que se “quisermos aluno autor, antes é preciso inventar docente autor”. Para isso cabe ao professor inovar-se, “aplicar a si mesmo a desconstrução”, isso tocaria as raízes da formação docente. O sistema de ensino, “tão instrucionista, não produz autores. Produz ‘transmissores de conhecimento’, uma função defunta na sociedade intensiva de conhecimento”. A reconstrução da profissão cobra do docente preparar-se para “lidar crítica e criativamente com conhecimento na condição de autor”.

O quadro que percebemos está a cobrar da escola e de sua comunidade a desconstrução da antiga cultura centrada na transmissão de informações escolhidas por especialistas, de papéis bem definidos de quem ensina e quem aprende. A conseqüente reconstrução requer sensibilidades abertas à ousadia de criar, comunicar-se, experimentar e nutrir apreço à autoria, tanto a própria quanto a do outro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Experimentamos o momento propício para amainar a pressa, refinar decisões e corrigir desvios que insistem em alcançar o pedestal das coisas naturais, amparadas pelo malsinado: todos fazem! O desrespeito à autoria insiste em ganhar espaço nesse pedestal.

A renúncia à autoria, geralmente, liga-se ao discurso da falta de tempo, porém, isso implica tempo ganho em detrimento da construção de algo pessoal, com significado e senso ético. Escolhas dessa natureza diminuem pessoas e suas ações, empurrando-as ao cadinho dos que renunciam a experiências criativas no trato de algo valioso: ideias, leituras, criações.

Cabe ao professor, como escreveu Freire (1992), nutrir inabalável crença no ser humano como potencialidade para a construção de seu futuro, a ação docente deve estar infundida de profunda crença nas pessoas e no poder criador delas. O modelo calcado na instrução, que privilegia a fidelidade do aluno ao repetir o discurso do professor, é patrimônio precioso da educação bancária.

A escola de autoria talvez precise ser inventada valendo-se da desconstrução do culto à repetição fundada no ofício de copiar. Precisamos considerar que a avaliação de aprendizagem tem implicações profundas na forma de os alunos conceberem relações exitosas no universo da tríade: aluno-conhecimento-professor. Isso requer que a avaliação ganhe novas sensibilidades em que a autoria seja sentida como expressão de êxito da empreitada educacional e a repetição, a marca mais forte de seu fracasso.

A arte de viver no mundo acadêmico necessita nova aragem, com importante convergência das preocupações éticas e estéticas.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, M. I. *Comércio de autoria: um sintoma da cultura pós-moderna*. São Paulo: Intercom/Portcom, 2002. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1904-5189>>. Acessado em 06 ago. 2011.
- ALVES, M. D. F.; BOSSA, N. A. *Psicopedagogia: em busca do sujeito autor*. Disponível em: <www.edupsicotrans.net>. Acessado em 30 jun. 2010.
- ANDRADE, M. S. *O prazer da autoria*. São Paulo: Memnon, 2002.
- BACCEGA, M. A. Comunicação e cultura: a construção de significados. *Comunicação & Educação*, ano X, n. 2, 151-156, maio/ago. 2005.
- BLATTMANN, U.; FRAGOSO, G. M. Emoção em tecnologia da informação e da comunicação. In: BLATTMANN, U.; FRAGOSO, G. M. (Org.). *O zapear a informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- BUARQUE, C. *Budapeste*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.
- CHAVARRO, M. A. R.; COLAZZOS, J. M. O. Plagio en el ámbito. *Revista Colombiana de Anestesiología*. Vol. 38, n. 4, Bogotá, oct/dec. 2010. Disponível em: <www.scielo.org.co/scielo.php?script>. Acessado em 23 nov. 2011.

-
- COIMBRA JR., C. E. A. O desafio da autoria. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 14, n. 4, Editorial, p. 668-669, oct./dec, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci> Acessado em 11 out. 2011.
- DEMO, P. Rupturas urgentes em educação. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v, 18, n. 69, Rio de Janeiro, oct/dec. 2010. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362010000400011>>. Acessado em 17 dez. 2011.
- FERNÁNDEZ, A. *O saber em jogo: a psicopedagogia proporcionando autorias de pensamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Veja, 7. ed., 2009.
- FREIRE, P. *A educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GRIEGER, M. C. A. Escritores-fantasma e comércio de trabalhos científicos na internet: a ciência em risco. *Revista da Associação Médica Brasileira*, vol. 53, n. 3, São Paulo, maio/jun. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302007000300023>>. Acessado em 04 nov. 2010.
- HEXHAM, I. *The plague of plagiarism*. Disponível em: <<http://c.faculty.umkc.edu/cowande/plague.htm>>. Acessado em 08 jul. 2010.
- MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. *Os exercícios do ver*. São Paulo: Senac, 2004.
- _____. Desafios culturais: da comunicação à educomunicação. In: CITELLI, A. O.; COSTA, M. C. C (Orgs.) *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.
- MIRANDA, A.; SIMEÃO, E.; MUELLER, S. Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade: aspectos conceituais e tecnológicos. *Ciência da Informação*, vol. 36, n. 2, Brasília, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200004>>. Acessado em 13 set. 2010.
- MORAN, J. M. *A educação que desejamos*. Campinas-SP: Papirus, 2007.
- PIAGET, J. *Sobre pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- PRIOLLI, E. S. A conquista da autonomia na visão psicopedagógica da inclusão escolar. In: ANDRADE, M. S (Org.). *O prazer da autoria*. São Paulo: Memnon, 2002
- SARTORI, A. S.; SOARES, M. S. P. Concepção dialógica e as NTIC: a educomunicação e os ecossistemas comunicativos. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 2005.
- SILVA, O. S. F. Entre o plágio e a autoria: qual o papel da universidade? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 38, 2008. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000200012>>. Acessado em 01 nov. 2010.
- SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- VERGANI, T. *A criatividade como destino*. São Paulo: Livraria da Física, 2009.

RESUMO

Este ensaio, tendo a cultura escolar como referência, toma como objetos de reflexão o apreço e, também, a renúncia à autoria. A autoria é concebida como expressão de autonomia ao manifestar originalidade e fazer-se presente na interação com as criações dos outros e as próprias. Passeamos por três paisagens: a primeira traz em destaque o espírito criador e sua expressão na forma de autoria; a segunda, identificada como renúncia à autoria, tem no plágio sua voz mais forte; a terceira projeta a escola diante do desafio de renovar suas aspirações e percebe-a diante de novos temores. Cumprindo esse percurso, apontamos a necessidade da desconstrução da cultura escolar centrada na instrução e sua reinvenção impregnada pelo espírito de apreço à originalidade. A avaliação de aprendizagem atenta à originalidade respeitosa à autoria talvez possa contribuir para a construção de novos hábitos intelectuais, éticos e estéticos.

Palavras-chave: Autoria. Renúncia à Autoria. Avaliação de Aprendizagem. Autonomia.

THE AUTHORSHIP BETWEEN THE ESTEEM AND THE RENOUNCEMENT

ABSTRACT

This essay, having the scholar culture as reference, has taken as its objects of reflection the esteem and the renouncement to authorship. The authorship is conceived as autonomy expression as it manifests originality and makes itself present in the interaction with the other's creations as well as its own. We go through three landscapes: the first one highlights the creative spirit and its expression in the authority form; the second one, identified as renouncement to authority, has in the plagiarism its strongest voice; the third one projects the school toward the challenge of renewing its aspirations. It has indicated the necessity of deconstructing the scholar culture which is centered in instruction and its reinvention impregnated by the esteem to originality spirit. Learning evaluation attentive to respectful originality concerning authority may contribute to the development of new intellectual, ethic and aesthetic habits.

Keywords: Authorship. Renouncement to Authorship. Learning Evaluation. Autonomy.

Submetido em: agosto de 2014

Aprovado em: janeiro de 2015